

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	150.000
Preferenciais	0
Total	150.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	472.870	471.223
1.01	Ativo Circulante	63.671	82.697
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.338	68.057
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.185	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.185	0
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.185	0
1.01.03	Contas a Receber	13.150	12.800
1.01.03.01	Clientes	13.150	12.800
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.243	513
1.01.07	Despesas Antecipadas	591	1.071
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	164	256
1.01.08.03	Outros	164	256
1.01.08.03.01	Outros Créditos	164	256
1.02	Ativo Não Circulante	409.199	388.526
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.285	14.043
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.922	13.773
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.922	13.773
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	363	270
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	363	270
1.02.03	Imobilizado	27.952	31.230
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.952	31.230
1.02.04	Intangível	367.962	343.253
1.02.04.01	Intangíveis	367.962	343.253

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	472.870	471.223
2.01	Passivo Circulante	79.819	336.617
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.635	4.028
2.01.02	Fornecedores	10.518	9.830
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.518	9.830
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.017	2.698
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.017	2.698
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.017	2.698
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	61.190	315.740
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	61.190	315.740
2.01.05	Outras Obrigações	2.078	4.115
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	821	3.633
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	514	1.783
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	307	1.850
2.01.05.02	Outros	1.257	482
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	496	453
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	761	29
2.01.06	Provisões	381	206
2.01.06.02	Outras Provisões	381	206
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	381	206
2.02	Passivo Não Circulante	257.224	8.578
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	245.552	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	245.552	0
2.02.02	Outras Obrigações	4.573	4.382
2.02.02.02	Outros	4.573	4.382
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	4.573	4.382
2.02.04	Provisões	7.099	4.196
2.02.04.02	Outras Provisões	7.099	4.196
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	6.767	4.115
2.02.04.02.05	Provisão para perdas tributárias, trabalhista e cíveis	332	81
2.03	Patrimônio Líquido	135.827	126.028
2.03.01	Capital Social Realizado	150.000	150.000
2.03.02	Reservas de Capital	495	444
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	495	444
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-14.668	-24.416

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.631	110.126	66.250	119.313
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-43.747	-82.334	-57.850	-94.526
3.03	Resultado Bruto	12.884	27.792	8.400	24.787
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.081	-3.956	-566	-4.950
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.080	-3.956	-713	-5.097
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1	0	147	147
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.803	23.836	7.834	19.837
3.06	Resultado Financeiro	-11.069	-8.916	-1.348	-15.802
3.06.01	Receitas Financeiras	1.798	17.176	7.541	8.648
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.867	-26.092	-8.889	-24.450
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-266	14.920	6.486	4.035
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	30	-5.172	-2.151	-1.367
3.08.01	Corrente	-310	-4.321	-1.529	-1.529
3.08.02	Diferido	340	-851	-622	162
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-236	9.748	4.335	2.668
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-236	9.748	4.335	2.668
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00157	0,06499	0,02890	0,01778

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-236	9.748	4.335	2.668
4.03	Resultado Abrangente do Período	-236	9.748	4.335	2.668

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.320	30.914
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	27.034	31.180
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido	9.748	2.668
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	8.132	8.411
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	120	147
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	6.401	17.883
6.01.01.05	Constituição de provisão para manutenção	2.073	1.961
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para manutenção	579	118
6.01.01.07	Plano de opção com base em ações	51	102
6.01.01.08	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	200	53
6.01.01.09	Tributos diferidos	851	-162
6.01.01.10	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-19	-1
6.01.01.11	Receita financeira de títulos e valores mobiliários	-1.185	0
6.01.01.12	Atualização monetária de provisão para contingências	83	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.714	-266
6.01.02.01	Clientes	-350	-1.825
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-730	-417
6.01.02.03	Despesas antecipadas	480	-1.044
6.01.02.04	Outros créditos	92	-180
6.01.02.05	Pagamentos dos depósitos judiciais	-74	-142
6.01.02.06	Fornecedores	688	831
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-393	-119
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-681	-148
6.01.02.09	Partes relacionadas	-2.812	391
6.01.02.10	Outras contas a pagar	923	1.867
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	175	520
6.01.02.12	Provisão para contingências	-32	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-29.683	-53.373
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-233	-12.895
6.02.02	Aquisição de intangível	-29.450	-40.478
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.356	9.178
6.03.02	Credor pela concessão	43	24
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	253.088	17.773
6.03.04	Juros pagos	-13.838	-8.619
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-254.649	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20.719	-13.281
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.057	40.301
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.338	27.020

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	51	0	0	0	51
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	51	0	0	0	51
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.748	0	9.748
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.748	0	9.748
5.07	Saldos Finais	150.000	495	0	-14.668	0	135.827

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.000	280	0	-28.558	0	121.722
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	280	0	-28.558	0	121.722
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	102	0	0	0	102
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	102	0	0	0	102
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.668	0	2.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.668	0	2.668
5.07	Saldos Finais	150.000	382	0	-25.890	0	124.492

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	117.618	126.834
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	87.041	87.913
7.01.02	Outras Receitas	1.682	453
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	28.895	38.468
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-64.148	-77.235
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-62.254	-73.766
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.894	-3.469
7.03	Valor Adicionado Bruto	53.470	49.599
7.04	Retenções	-8.132	-8.411
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.132	-8.411
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	45.338	41.188
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.176	8.648
7.06.02	Receitas Financeiras	17.176	8.648
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	62.514	49.836
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	62.514	49.836
7.08.01	Pessoal	12.338	12.485
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.379	10.069
7.08.01.02	Benefícios	2.365	2.032
7.08.01.03	F.G.T.S.	594	384
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.664	8.888
7.08.02.01	Federais	8.410	4.592
7.08.02.03	Municipais	4.254	4.296
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.764	25.795
7.08.03.01	Juros	12.820	24.176
7.08.03.02	Aluguéis	1.672	1.345
7.08.03.03	Outras	13.272	274
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.748	2.668
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.748	2.668

ECO101 anuncia resultado do 2T16:

Custos Caixa reduziram em 10,3% no 2T16

Serra, 11 de agosto de 2016 – ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. anuncia seus resultados findo em 30 de junho de 2016 referentes ao segundo trimestre (2T16) e ao primeiro semestre (1S16). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre 2015 (2T15) e ao primeiro semestre (1S15) findo em 30 de junho de 2015.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego consolidado no 2T16 foi de 10.904 mil veículos equivalentes pagantes.
- O EBITDA no 2T16 foi de R\$14,9 milhões com margem de 26,3%. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$16,0 milhões com margem EBITDA de 40,4% (6.8p.p).
- A receita líquida no 2T16 foi de R\$56,6 milhões e R\$110,1 milhões no 1S16. A receita pró-forma no 2T16 foi de R\$39,6 milhões no 2T16 e R\$81,2 milhões no 2T16.

Destaques (em milhões de R\$)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Volume de tráfego ¹	10.904	12.547	-13,1%	23.035	26.766	-13,9%
Tarifa média ²	3,83	3,44	11,3%	3,78	3,28	15,2%
Receita líquida	56,6	66,2	-14,5%	110,1	119,3	-7,7%
Lucro/Prejuízo do período	(0,3)	4,4	-106,8%	9,7	2,7	259,3%
EBITDA Pró-forma ³	16,0	13,3	20,3%	34,1	30,2	12,9%
Margem EBITDA Pró-forma	40,4%	33,6%	6,8p.p	41,9%	37,3%	4,6p.p
Capex	17,4	39,7	-56,2%	29,7	53,4	-44,4%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes

² Em Reais

³ Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

Comentário do Desempenho

COMPANHIA

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (“ECO101” ou “Companhia”) tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que inclui os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

A rodovia acessa cinco importantes portos: o de Vitória e o de Tubarão, na capital, o do Açú (ainda em construção), no Rio de Janeiro, o de Ilhéus, na Bahia, e o da Barra do Riacho. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Comercial	7.297	8.700	-16,1%	14.923	18.250	-18,2%
Passeio	3.607	3.847	-6,2%	8.112	8.516	-4,7%
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO	10.904	12.547	-13,1%	23.035	26.766	-13,9%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 10.904 mil no 2T16, queda de 13,1%, devido ao arrefecimento da economia e início da não cobrança de eixos suspensos a partir de abril de 2015.

Tráfego Comercial – Apresentou redução de 16,1%, influenciado pelo arrefecimento da economia e retração da produção industrial e impactado pela isenção do eixo suspenso (esse efeito está compensado na tarifa).

Tráfego de Passeio - Apresentou redução de 6,2%, influenciado pelo arrefecimento da economia e clima na região e clima na região.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
ECO101	3,83	3,44	11,3%	3,78	3,28	15,2%

Comentário do Desempenho

A tarifa média por veículo equivalente pagante aumentou 11,3% no 2T16, devido, principalmente, a aplicação dos reajustes tarifários.

Em maio de 2016, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da ECO101 em 6,7%.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$60,2 milhões no 2T16 e R\$117,6 milhões no 1S16, representando uma queda de 13,9% e 7,3%, respectivamente.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Receitas de Pedágio	41,7	43,1	-3,2%	87,0	87,9	-1,0%
Receitas Acessórias	1,5	0,1	n.m.	1,7	0,4	n.m.
Receita de Construção ICPC-01	17,0	26,7	-36,3%	28,9	38,5	-24,9%
Total	60,2	69,9	-13,9%	117,6	126,8	-7,3%

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas totalizaram R\$45,8 milhões no 2T16. Desconsiderando depreciação e amortização, provisão para manutenção, custo de construção, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$23,6 milhões no 2T16, redução de 10,3%, reflexo do programa de corte de custos implementado pela companhia.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhões de R\$)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Pessoal	6,0	6,5	-7,7%	12,3	12,5	-1,6%
Conservação e manutenção	4,1	5,2	-21,2%	7,8	8,9	-12,4%
Serviços de terceiros	8,6	9,9	-13,1%	17,5	19,6	-10,7%
Poder concedente, seguros e locações	3,0	2,4	25,0%	5,6	5,2	7,7%
Outros	1,9	2,3	-17,4%	4,0	4,5	-11,1%
Custos caixa	23,6	26,3	-10,3%	47,2	50,7	-6,9%
Depreciação/Amortização	4,1	4,5	-8,9%	8,1	8,4	-3,6%
Provisão Manutenção ICPC 01	1,0	1,0	0,0%	2,1	2,0	5,0%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	17,0	26,7	-36,3%	28,9	38,5	-24,9%
TOTAL	45,8	58,5	-21,7%	86,3	99,6	-13,4%

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$16,0 milhões no 2T16 com margem EBITDA de 40,4%.

O EBITDA totalizou R\$14,9 milhões com margem de 26,4% no 2T16 e R\$31,9 milhões no 1S16 com margem de 29,0%.

Comentário do Desempenho

EBITDA (em milhões de R\$)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Lucro (Prejuízo) do período	(0,3)	4,4	-106,8%	9,7	2,7	259,3%
Imposto de renda e contribuição social	(0,0)	2,1	-100,0%	5,2	1,3	300,0%
Resultado financeiro	11,1	1,3	n.m.	8,9	15,8	-43,7%
Depreciação e amortização	4,1	4,5	-8,9%	8,1	8,4	-3,6%
EBITDA	14,9	12,3	21,1%	31,9	28,2	13,1%
Margem EBITDA	26,4%	18,6%	7,8 p.p.	29,0%	23,6%	5,4 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 2T16 foi negativo em R\$11,1 milhões.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Var. monetária s/ empréstimos e fin.	(6,9)	6,3	-209,5%	(6,4)	6,3	-201,6%
Juros sobre financiamentos	(0,8)	(8,8)	-90,9%	(12,8)	(24,2)	-47,1%
Outros efeitos financeiros	(4,7)	(0,1)	n.m.	(5,7)	(0,2)	n.m.
Receitas Financeiras e outras	1,7	1,3	30,8%	3,7	2,4	54,2%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(0,3)	(0,0)	100,0%	(0,6)	(0,1)	n.m.
TOTAL	(11,1)	(1,3)	n.m.	(8,9)	(15,8)	-43,7%

PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO

A Companhia apurou prejuízo de R\$0,3 milhão no 2T16 devido aos itens mencionados acima.

ENDIVIDAMENTO

A ECO101 encerrou junho de 2016 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$48,5 milhões. O endividamento financeiro bruto (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão) atingiu R\$307,3 milhões em 30 de junho de 2016 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), foi de R\$258,3 milhões, aumento de 4,3% quando comparado com 31 de dezembro de 2015.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	30/06/2016	31/12/2015	Var.
Curto Prazo	61,2	315,7	-80,6%
Empréstimos e financiamentos	61,2	315,7	-80,6%
Longo Prazo	245,6	-	n.m.
Empréstimos e financiamentos	245,6	-	n.m.
Endividamento Financeiro Bruto¹	306,8	315,7	-2,8%
Credor pela Concessão	0,5	0,5	0,0%
Endividamento Bruto	307,3	316,2	-2,8%
Caixa e equivalentes de caixa	48,5	68,1	-28,8%
Dívida Líquida	258,8	248,1	4,3%
Endividamento Financeiro Líquido¹	258,3	247,6	4,3%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

CAPEX

O Capex realizado pela ECO101 totalizou R\$17,4 milhões no 2T16. Os principais investimentos realizados foram em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	2T16			1S16		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
ECO101	17,4	-	17,4	53,4	-	53,4

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/A foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$115,5 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101" ou "Companhia") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para Administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 19. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 18 de maio de 2014. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 02 de agosto de 2016.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015"), publicadas no dia 16 de março de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Tribuna do Espírito Santo e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	2.694	2.735
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	44.297	63.169
Aplicações compromissadas (b)	-	1.102
Aplicações automáticas compromissadas (c)	347	1.051
	<u>47.338</u>	<u>68.057</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 30 de junho de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 45,95% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 45,40% em Operações Compromissadas e 8,65% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Em 30 de junho de 2016 não há aplicações de modalidade remunerada.

(c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários – vinculados são, reservas para composição de saldo para pagamento de parcelas de dívida com o BNDES e seu saldo encontra-se em conta corrente e bloqueado para movimentações.

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Conta corrente (a)	1.185	-
	<u>1.185</u>	<u>-</u>
Circulante	1.185	-
Não circulante	-	-

Embora os recursos estejam em conta corrente, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por ser garantia do processo de liquidação de pagamento de juros e principal das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos serão direcionados para aplicações em fundo de investimentos nos próximos meses após validação da Lamina e assinatura do termo de adesão, que passará a remunerar este recurso.

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	7.877	8.503
Cupons de pedágio	998	829
Receitas acessórias	4.275	3.468
	<u>13.150</u>	<u>12.800</u>

Não existem títulos vencidos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 30 de junho de 2016, no montante de R\$591 (R\$1.071 em 31 de dezembro de 2015), classificado no ativo circulante, refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais estão descritos na Nota Explicativa nº 27.

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Saldo inicial	270	22
Adições	74	142
Atualização monetária	19	1
Saldo final	<u>363</u>	<u>165</u>

Notas Explicativas

9. Imobilizado

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual				
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 30/06/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldos em 30/06/2015	Saldos em 31/12/2014	
20,6	21.675	5.423	-	-	27.098	(4.430)	(2.506)	-	(6.936)	20.162	17.245
4,8	796	6.744	-	-	7.540	(32)	(101)	-	(133)	7.407	764
11,6	1.767	348	-	-	2.115	(274)	(113)	-	(387)	1.728	1.493
-	423	380	-	-	803	-	-	-	-	803	423
14,9	733	-	-	5	738	(143)	(55)	-	(198)	540	590
	25.394	12.895	-	5	38.294	(4.879)	(2.775)	-	(7.654)	30.640	20.515

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual				
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015	
20,2	27.937	120	-	(3)	28.054	(9.718)	(2.821)	-	(12.539)	15.515	18.219
5,6	9.837	77	-	2	9.916	(397)	(277)	-	(674)	9.242	9.440
12,0	2.147	36	-	(354)	1.829	(433)	(109)	154	(388)	1.441	1.714
-	968	-	-	-	968	-	-	-	-	968	968
18,0	1.146	-	-	-	1.146	(257)	(103)	-	(360)	786	889
	42.035	233	-	(355)	41.913	(10.805)	(3.310)	154	(13.961)	27.952	31.230

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos períodos.

Notas Explicativas

10. Intangível

	Custo				Amortização				Residual		
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas		Saldos em 30/06/2015	Saldos em 31/12/2014
Contrato de concessão Intangível em andamento	250.361	38.554	(173)	(5)	288.737	(5.890)	(5.513)	26	(11.377)	277.360	244.471
Softwares de terceiros	5.144	1.893	-	-	7.037	-	(123)	-	7.037	856	5.144
	1.249	31	-	-	1.280	(301)	(123)	-	(424)	856	948
	256.754	40.478	(173)	(5)	297.054	(6.191)	(5.636)	26	(11.801)	285.253	250.563

Taxas médias anuais de amortização %

(*)

19,5

	Custo				Amortização				Residual		
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.		Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015
Contrato de concessão Intangível em andamento	359.846	705	-	-	360.551	(17.466)	(4.638)	-	(22.104)	338.447	342.380
Softwares de terceiros	43	28.454	(120)	-	28.377	-	(184)	(154)	(893)	28.377	43
	1.385	291	-	355	2.031	(555)	(184)	(154)	(893)	1.138	830
	361.274	29.450	(120)	355	390.959	(18.021)	(4.822)	(154)	(22.997)	367.962	343.253

Taxas médias anuais de amortização %

(*)

19,5

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de junho de 2016 é de 2,58% (4,09% em 30 de junho de 2015).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas**11. Imposto de renda e contribuição social**a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	30/06/2016	30/06/2016
Prejuízo fiscal	12.177	397	(2.254)	10.320	(1.857)
Provisão para férias e encargos diretores	169	38	(18)	189	20
Provisão para contingências	28	85	-	113	85
Provisão para manutenção (ICPC01)	1.399	901	-	2.300	901
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	13.773	1.421	(2.272)	12.922	(851)
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					
Reconciliação ativo/(passivo)					
Saldo em 31 de dezembro de 2015		13.773			
Receita de imposto de renda reconhecido no resultado		(851)			
Saldo em 30 de junho de 2016		<u>12.922</u>			

Notas Explicativas

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	4.757	4.842
2017	6.489	8.091
2018 a 2038	1.676	840
	<u>12.922</u>	<u>13.773</u>

b) *Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.920	4.035
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(5.073)	(1.372)
Despesas indedutíveis	(13)	(26)
Outros	(86)	31
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(5.172)</u>	<u>(1.367)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(4.321)	(1.529)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(851)	162

c) *Imposto de renda e contribuição social pagos*

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	206	-
Despesa IR/CS corrente DRE	4.321	1.529
Total IR/CS pagos no período	(4.146)	(1.009)
Saldo final provisão IR/CS	381	520

Notas Explicativas**12. Tributos a recuperar**

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	696	513
IRPJ a recuperar	547	-
	<u>1.243</u>	<u>513</u>

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
COFINS	699	686
PIS	461	147
ISS	99	784
INSS fonte	201	357
ISS fonte	156	295
PIS/COFINS/CSLL s/ prest. serv.	306	250
Outros impostos	95	179
	<u>2.017</u>	<u>2.698</u>

14. Empréstimos e financiamentos

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Em moeda nacional - BNDES	Maio de 2016	UMBNDDES+4,05% a.a.	-	113.633
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2016	TJLP + 4,05% a.a.	-	141.458
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2016	TJLP462 + 4,05% a.a.	-	60.649
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2017	UMSELIC + 4,87% a.a.	51.848	-
Em moeda nacional - BNDES	Dezembro de 2028	TJLP + 3,84% a.a.	188.653	-
Em moeda nacional - BNDES	Junho de 2030	TJLP + 3,84% a.a.	65.929	-
Em moeda nacional - Banco Volkswagen	Dezembro de 2019	21,27% a.a.	312	-
			<u>306.742</u>	<u>315.740</u>
Circulante			61.190	315.740
Não circulante			245.552	-

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Saldo inicial	315.740	193.599
Adições	253.088	17.773
Pagamento principal	(254.649)	-
Juros pagos	(13.838)	(8.619)
Encargos financeiros	6.401	17.833
Saldo final	<u>306.742</u>	<u>220.586</u>

Notas Explicativas

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.658	-	150 parcelas
B1	66.237	20.856	-	150 parcelas
B2	52.483	45.465	-	150 parcelas
B3	117.799	-	-	
B4	28.388	-	-	
B5	22.493	-	-	
B6	50.485	-	-	
C1	54.165	-	-	
C2	28.231	-	-	
C3	99.159	-	-	
C4	50.671	-	-	
C5	26.409	-	-	
C6	92.762	-	-	
C-SOCIAL	4.389	-	-	
C- PRORROGADO	50.878	50.878		parcela única
Total	933.022	305.858	-	

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	30/06/2016	31/12/2015
Salários e outras obrigações a pagar	1.008	1.811
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	330	323
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	72	103
IRRF a recolher	63	126
Provisão de férias e encargos sobre provisão de férias	1.589	1.665
Provisão de 13º salário e encargos sobre 13º salário	573	-
	3.635	4.028

Notas Explicativas

16. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial Companhia	Natureza	Ativo		Passivo
		Circulante	Intangível	Contas a pagar
Circulante				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	514
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	149	36
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engenh. Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	1.447	271
Engenharia e Constr. Araribóia (g)	Outras partes relacionadas	-	1.789	-
Incospal Construções Pré-Fabricadas Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	990	-
Total em 30 de junho de 2016		-	4.375	821
Total em 31 de dezembro de 2015		-	13.121	3.633

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	2.366	920
Unimar Transportes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	2.744	-
Vix Logística S.A. (e)		3.004	-
Total em 30 de junho de 2016		8.114	920
Total em 30 de junho de 2015		7.687	1.735

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$6.770, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

(b) CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$12.067. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2016. Em 30 de junho de 2016 há um saldo a pagar no total de R\$307, com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- (c) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as companhias (provisões de 13º salário e férias). Os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (d) A Unimar Transportes Ltda. (“Unimar”) é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Companhia. O objeto do contrato entre a Unimar e a Companhia é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de junho de 2016 já havia incorrido o montante de R\$13.745 em serviços prestados. Em 30 de junho de 2016 não existe um saldo em aberto a pagar.
- (e) A Vix Logística S.A. (“Vix”) é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Companhia. O objeto do contrato entre a Vix e a Companhia é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de junho de 2016 já havia incorrido o montante de R\$25.449 em serviços prestados. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R\$12 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.
- (f) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. presta serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$3.195. O prazo para execução desses serviços é até julho de 2016. Em 30 de junho de 2016 já havia incorrido o montante de R\$3.113 e não existe saldo a pagar em 30 de junho de 2016.
- (g) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações S.A., que possui 27,5% de participação no capital social da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é de prestação de serviços de reparos localizados para recuperação de pavimento da BR -101 no trecho sob administração da Concessionária. O prazo para execução desses serviços é 30 de junho de 2016. O valor total do contrato é de R\$27.445, sendo que até 30 de junho de 2016 já foram incorridos R\$13.259. Não há saldo em aberto.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No período findo em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2016 em R\$1.108 (R\$1.071 em 31 de dezembro de 2015).

A remuneração paga aos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Remuneração (fixa/variável)	475	470
Previdência privada	16	5
Plano de opção com base em ações (Vide Nota Explicativa nº 20.e)	51	102
	<u>542</u>	<u>577</u>

Notas Explicativas

17. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 25,64% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2015
Constituição da provisão para manutenção	2.824	3.187	-	-	6.011
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.266)	(1.226)	-	-	(2.492)
Ajuste a valor presente das realizações	-	-	-	118	118
	1.558	1.961	-	118	3.637
Circulante	-				59
Não circulante	1.558				3.578

	31/12/2015	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2016
Constituição da provisão para manutenção	9.198	5.003	-	-	14.202
Efeito do valor presente sobre a constituição	(5.318)	(2.930)	-	-	(8.249)
Ajuste a valor presente das realizações	235	-	-	579	814
	4.115	2.073	-	579	6.767
Circulante	-				-
Não circulante	4.115				6.767

18. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	-	-	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	53	-	53
(-) Pagamentos	-	-	-
(+) Atualização monetária	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2015	53	-	53

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	81	-	81
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	134	66	200
(-) Pagamentos	(14)	(18)	(32)
(+) Atualização monetária	68	15	83
Saldos em 30 de junho	269	63	332

Notas Explicativas

a) Processos cíveis

A Companhia possui processos de natureza cível, que totalizam R\$9.482 em 30 de junho de 2016 (R\$3.927 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

b) Processos tributários

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis ou prováveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

c) Processos trabalhistas

Em 30 de junho de 2016, existiam processos de natureza trabalhista que totalizam R\$3.528 (R\$3.968 em 31 de dezembro de 2015), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

19. Obrigações com o poder concedente

	30/06/2016	31/12/2015
Taxa de fiscalização ANTT	496	453

A Companhia assumiu compromisso decorrente da concessão referente a Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo inicial	453	419
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	2.792	2.563
Pagamento	(2.749)	(2.539)
Saldo final	496	443

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de junho de 2016, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	30/06/2016	31/12/2015
Natureza dos custos	Previsão de 2016-2038	Previsão de 2016-2038
Melhorias na infraestrutura	1.729.557	1.682.178
Conservação especial (manutenção)	536.871	514.606
Equipamentos	329.125	317.588

Notas Explicativas

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$150.000, representado por 150.000.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 150.000.100 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos acumulados até 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não há constituição de Reserva Legal.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No período findo em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não foram distribuídos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada em 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo Ecorodovias. O Conselho de Administração da Ecorodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de valorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

Notas Explicativas

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia da EcoRodovias Infraestrutura.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de junho de 2016, foi registrado na rubrica “Plano de opções com base em ações” o valor de R\$51 (R\$102 em 30 de junho de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

O Conselho de Administração disponibilizou 262.700 ações ordinárias para esse plano, como segue:

	<u>1º outorga</u>	<u>2º outorga</u>	<u>3º outorga</u>	<u>4º outorga</u>	<u>5º outorga</u>
Data	31/08/2010	22/03/2011	25/04/2012	25/04/2013	28/04/2014
Quantidade de opções de ações	-	28.516	30.587	64.754	138.843
Preço de período - R\$ por ação	9,95	13,06	13,58	17,51	12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

	1º outorga	2º outorga	3º outorga	4º outorga	5º outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-
Outorgadas	-	28.516	-	-	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	-	28.516
Exercidas	-	(7.129)	-	-	-	(7.129)
Outorgadas	-	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	21.387	30.587	-	-	51.974
Outorgadas	-	-	-	64.754	-	64.754
Em 31 de dezembro de 2013	-	21.387	30.587	64.754	-	116.728
Outorgadas	-	-	-	-	138.843	138.843
Em 31 de dezembro de 2014	-	21.387	30.587	64.754	138.843	255.571
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	-	21.387	30.587	64.754	138.843	255.571
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2016	-	21.387	30.587	64.754	138.843	255.571

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2016	18,44	58.545	2,67	157	11 meses
2017	18,45	50.900	3,16	161	23 meses
2018	14,61	34.713	2,10	73	35 meses
		144.158	2,64	391	

21. Receita líquida

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	19.040	19.350	40.793	40.565
Pedágio por equipamento eletrônico	20.008	20.926	41.104	41.366
Vale-pedágio	2.732	2.853	5.142	5.981
Outras	2	-	2	1
	41.782	43.129	87.041	87.913
Receita de construção	16.951	26.624	28.895	38.468
Receitas acessórias	1.520	185	1.682	453
Receita bruta	60.253	69.938	117.618	126.834
Deduções da receita bruta	(3.622)	(3.688)	(7.492)	(7.521)
Receita líquida	56.631	66.250	110.126	119.313

Notas Explicativas

Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre o faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<u>Base de cálculo dos impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	41.782	43.129	87.041	87.913
Receitas acessórias	1.520	185	1.682	453
	43.302	43.314	88.723	88.366
<u>Deduções</u>				
COFINS (3%)	(1.298)	(1.299)	(2.661)	(2.651)
PIS (0,65%)	(282)	(281)	(577)	(574)
ISS (2% a 5%)	(2.042)	(2.108)	(4.254)	(4.296)
	(3.622)	(3.688)	(7.492)	(7.521)

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal	6.043	6.452	12.338	12.485
Conservação e manutenção	4.129	5.141	7.814	8.879
Serviços de terceiros (a)	8.615	9.982	17.505	19.658
Seguros (vide Nota Explicativa nº 28)	444	561	1.067	1.315
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 19)	1.432	1.306	2.792	2.563
Provisão para manutenção	1.036	980	2.073	1.961
Custos com construção	16.951	26.624	28.895	38.468
Depreciações e amortizações	4.119	4.502	8.132	8.411
Locação de imóveis e máquinas	1.109	658	1.672	1.345
Outros custos e despesas operacionais	1.949	2.357	4.002	4.538
	45.827	58.563	86.290	99.623
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	43.747	57.850	82.334	94.526
Despesas gerais e administrativas	2.080	713	3.956	5.097
	45.827	58.563	86.290	99.623

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

Notas Explicativas

23. Resultado financeiro

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.635	1.248	3.654	2.354
Variação cambial/monetária sobre empréstimos (*)	133	6.293	13.466	6.293
Atual. Monetária ativa	30	-	56	1
	1.798	7.541	17.176	8.648
Juros sobre financiamentos e empréstimos	(793)	(8.737)	(12.820)	(24.176)
Variação monetária sobre financiamentos e empréstimos	(7.047)	-	(7.047)	-
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(290)	(59)	(579)	(118)
Atual. Monetária obrigações fiscais	(16)	5	(84)	(3)
Despesas bancárias	(2)	(31)	(4)	(32)
IOF/IOC s/ financiamentos	(3.914)	54	(4.753)	-
Outras	(805)	(121)	(805)	(121)
	(12.867)	(8.889)	(26.092)	(24.450)
Resultado financeiro	(11.069)	(1.348)	(8.916)	(15.802)

(*) A Variação Monetária ativa sobre o empréstimo mantido junto ao BNDES pela Companhia, deve-se ao fato da redução do dólar no período, sendo esta a principal moeda da cesta "UMBNDDES", que é o fator de correção do referido empréstimo.

24. Lucro (prejuízo) por ação

a) Lucro básico

O lucro (prejuízo) básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/06/2016	30/06/2015
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	9.748	2.668
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	150.000	150.000
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,06	0,02

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 20.e, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

25. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de junho 2016, a PLR foi de R\$695 (R\$640 em 30 de junho de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros.

Índices de endividamento

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (i)	307.238	316.193
Caixa e equivalentes de caixa	(48.523)	(68.057)
Dívida líquida	258.715	248.136
Patrimônio líquido (ii)	135.827	126.028
Índice de endividamento líquido	1,90	1,97

(i) A dívida é definida pelos empréstimos e financiamentos e obrigações com o poder concedente circulante (Nota Explicativa nºs 14 e 19).

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Considerações gerais

A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.

- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2016 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos			
Caixa e bancos (b)	Empréstimos e recebíveis	2.694	2.694
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	13.150	13.150
Aplicações financeiras (b)	Empréstimos e recebíveis	45.829	45.829
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	10.518	10.518
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	306.742	306.742
Obrigações com o poder concedente	Outros passivos financeiros	496	496

(a) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos e financiamentos aproximam-se do valor justo na data do balanço.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

Notas Explicativas

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$7.786 (R\$8.460 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 3,84%	32.132	33.510	34.888	345.048
BNDES	UMSELIC + 4,87%	53.812	-	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do TJLP e da UMSELIC, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Notas Explicativas

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I – provável	Cenário II – 25%	Cenário III – 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	4.095	3.070	2.047
BNDES	Alta do TJLP	(23.791)	(29.367)	(34.943)
BNDES	Alta da UMSELIC	(2.071)	(2.589)	(3.107)
		(21.767)	(28.886)	(36.003)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	11,45%	8,59%	5,73%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
UMSELIC	1,67234	2,09042	2,99298

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 30 de junho de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$140 (R\$84 em 30 de junho de 2015), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de junho de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Modalidade	Vigência	Cobertura R\$ mil
Equipamentos	Novembro de 2015 a novembro de 2016	134
Veículos	Julho de 2015 a julho de 2016	Tabela FIPE
"All Risk" - Responsabilidade Civil	Maior de 2016 a Maio de 2017	213.158
"All Risk" - Riscos operacionais	Maior de 2016 a maio de 2017	1.477.328
Seguro garantia	Maior de 2016 a maio de 2017	319.672

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Serra – E.S.

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 02 de agosto de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3